

Debate

CGTP-IN – Das raízes à actualidade, sindicalismo do presente para o futuro

16 de Março de 2021 – Casa do Alentejo, Lisboa

Isabel Camarinha

Camaradas,

Gostaria de começar por agradecer a presença e o contributo para este debate de todos quantos nele participaram e a ele assistiram, fosse aqui presencialmente ou por meios digitais.

Inserido no amplo programa das comemorações do 50º aniversário da nossa CGTP-Intersindical Nacional, esta é uma iniciativa da maior importância para marcar o presente, valorizando e aprendendo com o passado que nos trouxe até aqui e projectando-o no futuro da nossa intervenção.

Um agradecimento que fazemos hoje de forma especial ao Daniel Cabrita, à Deolinda Machado, ao Carlos Trindade e ao José Ernesto Cartaxo, não só pelo que aqui nos trouxeram, mas pelo papel que assumiram na construção desta nossa Central Sindical, em conjunto com muitos outros, com gerações de dirigentes, delegados, trabalhadores e activistas sindicais que assumindo responsabilidades aos vários níveis da estrutura e na CGTP-IN, nomeadamente nos Secretariados e Conselhos Nacionais, nas Comissões Executivas e como Coordenadores ou Secretários Gerais, tiveram uma intervenção determinante no desenvolvimento da acção e luta pelos direitos de quem trabalha e trabalhou, pelo reforço da unidade dos explorados como condição para a transformação da sociedade, tendo como objectivo maior a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, sem exploradores nem explorados e o reforço dos laços de solidariedade entre os trabalhadores de todo o mundo.

Uma acção que faz com que, desde a sua fundação, a CGTP-IN tenha um papel destacado em todas as conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

A história da CGTP-IN, herdeira das melhores tradições do movimento operário e sindical português, conquista e realização histórica dos trabalhadores, contou com o papel determinante de comunistas, socialistas, católicos, homens e mulheres sem partido e com diferentes opções religiosas, que se uniram em torno da defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores, da elevação das condições de trabalho e das condições materiais de vida.

O passo dado no dia 1 de Outubro de 1970 de convocar uma reunião com cerca de duas dezenas de sindicatos para a defesa da contratação colectiva, do horário de trabalho, a exigência da liberdade de reunião e o fim da censura, foi o culminar de um longo processo de resistência e de luta, de recuos e de conquistas, que o movimento operário e todos os trabalhadores desenvolveram mesmo perante a perseguição, a repressão e a tortura de que foram alvo os sindicalistas e os trabalhadores que lutaram durante o fascismo.

Uma história de intervenção e luta que deu origem à CGTP-IN e ao movimento sindical unitário que congrega, que parte do reconhecimento de que a luta de classes é elemento determinante na evolução histórica da Humanidade e assume “o aprofundamento da democracia, o desenvolvimento económico, social, cultural, ecologicamente sustentado” tendo como objectivo central a defesa dos interesses dos trabalhadores e o desenvolvimento do país, interligando a luta pela resposta aos interesses imediatos, com a luta mais geral pela transformação social, pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

Disso são bem exemplo as lutas desenvolvidas nas empresas e locais de trabalho, em todo o país e em todos os sectores de actividade, públicos e privados que, neste caminho de 50 anos são impossíveis de contabilizar, as lutas convergentes em defesa dos direitos e por melhores condições de vida e de trabalho, contra os vários pacotes laborais e pela mudança de política, as greves gerais, as manifestações e jornadas de luta nacionais centralizadas ou descentralizadas, milhares de lutas que levaram à conquista de direitos como as 40 horas de trabalho semanal, o aumento de salários, que permitiram erradicar o trabalho infantil e defender as Funções Sociais do Estado e os muitos direitos e conquistas de Abril, consagrados na Constituição da República Portuguesa, na Lei e na Contratação Colectiva e podemos afirmar que o patronato e as forças mais reaccionárias continuam, sem o conseguir, a tentar fazer o ajuste de contas com a Revolução de Abril.

Disso são também exemplo a luta de sempre pela igualdade entre mulheres e homens no trabalho e na vida e o combate a todas as discriminações, a defesa dos direitos dos jovens e a exigência de trabalho com direitos e de perspectivas de um futuro digno e feliz, a luta pelos direitos e condições de vida dos reformados. Neste quadro não posso deixar de realçar a criação das organizações específicas que na CGTP-IN dinamizam a sua organização nos sindicatos e estruturas: a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens, a Interjovem, a Inter-Reformados.

Camaradas,

A força e influência da CGTP-IN resulta da profunda ligação aos trabalhadores e aos locais de trabalho alicerça-se na natureza de classe a partir da qual emanam os nossos princípios fundamentais:

Uma central sindical unitária, porque os sindicatos da CGTP-IN estão abertos e apelam à participação de todos os trabalhadores, representam os seus interesses individuais e colectivos, estejam ou não sindicalizados, “quaisquer que sejam as suas opções políticas ou religiosas, sem discriminação de sexo ou de orientação sexual, raça, etnia ou nacionalidade”, “independentemente da diversidade das suas profissões, qualificações, situação social e vínculo laboral.”.

Unidade na acção, com base na defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Uma central sindical democrática, uma democracia participada e vivida pelos trabalhadores, entendida como um direito e um dever, sempre com o *“respeito integral pelas decisões maioritariamente expressas”*.

Uma central sindical independente, que combate todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria unidade.

Uma central sindical que eleva o princípio da solidariedade de classe e internacionalista, valores que nos são intrínsecos, combatendo o egoísmo individualista e corporativo que o capital tenta incutir para manter o seu domínio.

Uma central que desenvolve os princípios do sindicalismo de massas, de todos os trabalhadores, numa mobilização e intervenção que assume *“diversas formas de luta pela defesa dos seus direitos e interesses e pela elevação da consciência política e de classe”*.

Para esta natureza de classe, para o respeito e cumprimento dos princípios programáticos, para esta profunda ligação às massas é fundamental o papel de todos aqueles que colocam o trabalho e os trabalhadores como um elemento central do e para o desenvolvimento do país.

É no desenvolvimento destes princípios interdependentes, é a nossa natureza de classe, que dá forma aos objectivos programáticos pelos quais lutamos e que encontram nos valores, ideais e conquistas de Abril uma referência incontornável nos quais se alicerça a defesa da identidade e soberania de Portugal, que reside a força da CGTP-IN.

Somos uma central sindical que tem como valores superiores e universais a promoção da paz e dos direitos Humanos, num tempo em que impera a guerra, a barbárie e se desenvolve o ataque à autodeterminação e soberania dos povos.

Este legado, as raízes, natureza, princípios e objectivos – a identidade deste poderoso colectivo que é a CGTP-IN e o movimento sindical unitário, é um elemento de confiança para os desafios com que os trabalhadores, o povo e o país se debatem no momento actual e que continuaremos a defender e a garantir.

A época em que intervimos, este nosso tempo, é marcado por potencialidades ímpares para a elevação das condições de vida e de trabalho, que são cerceadas pelas contradições intrínsecas do capitalismo.

A apropriação privada dos principais meios de produção, a subordinação do poder político à força dos interesses privados, a anarquia da actividade económica determinada pelo lucro e pelos mercados ao invés da satisfação das necessidades individuais e colectivas, é uma ameaça do presente e do futuro.

Amarrado à sua crise estrutural, o sistema capitalista é causa dos problemas e contraria e resiste às reivindicações e aspirações dos trabalhadores e das populações. Da necessidade de manter e da tentativa de expandir os lucros, de continuar o processo de acumulação do capital, resulta que pela primeira vez em muitas gerações, aquilo que se perspectiva para os jovens é uma vida pior, com mais insegurança e instabilidade, do que aquela que hoje existe, a par de uma degradação sem paralelo do meio ambiente.

Os conflitos armados persistem, recrudescem a ingerência externa das grandes potências e o grande capital recupera as teses e práticas mais reaccionárias, procurando dividir trabalhadores e povos. A democracia, nas suas variadas dimensões é subjugada aos interesses e dinâmicas do mercado e de quem o controla.

Uma realidade que, não sendo linear em todas as partes do mundo, conhece na Europa graves e preocupantes desenvolvimentos, da promoção de forças de extrema-direita, de aprofundamento do neoliberalismo e do militarismo, ganhando perigosamente terreno o projecto federalista que afasta os povos dos centros de decisão, para os colocar sob alçada dos ditames do grande capital.

Neste nosso tempo, os avanços ímpares no desenvolvimento da técnica e da tecnologia, em si fruto do trabalho, são vistos como um processo de inevitabilidades que vai aumentar os lucros de uma minoria, desequilibrando ainda mais a repartição da riqueza entre o trabalho e o capital, acentuando as desigualdades, generalizando a pobreza e a exclusão social.

Avanços que, colocados ao serviço dos povos, abrem as portas a uma extraordinária melhoria das condições de vida e de trabalho, potenciam a redução do tempo de trabalho, mantendo empregos e as retribuições, ao mesmo tempo que podem dar um impulso a uma melhoria e crescimento do emprego, mas que, estando sob o comando do grande capital, são um instrumento para o retrocesso.

Estes são traços que vêm marcando a situação com que nos deparamos e que a pandemia veio acentuar. Mais uma vez o sistema capitalista faz da crise oportunidade para acelerar os processos de centralização do capital.

No nosso país estas dinâmicas estão bem presentes. Os sucessivos decretos do Estado de Emergência, cuja contabilidade se torna já difícil de realizar, insere-se nesta dinâmica de instrumentalização que banaliza a limitação de direitos.

Aprofunda-se o ataque aos sindicatos e à intervenção sindical, num quadro em que o patronato viola direitos individuais e colectivos dos trabalhadores e procura impedir a entrada dos nossos sindicatos nas empresas e locais de trabalho, obstaculizar o livre exercício de acção e organização sindical, perseguir a nossa estrutura, dirigentes, delegados e activistas sindicais e em que outros, fabricam movimentos ditos inorgânicos e de sindicatos proveta de pendor corporativista e com práticas assentes num aparente radicalismo, aventureirista e inconsequente, contrárias aos reais interesses dos trabalhadores. Dizendo-se “independentes” e em contraponto aos que apelidam de “tradicionalistas”, são, afinal, tal como a prática comprova, expressões recorrentes e precursoras dos objectivos de sempre do grande capital, de divisão dos trabalhadores, de desagregação e descaracterização do movimento sindical unitário e do seu projecto de transformação social, consubstanciado na CGTP-IN.

A emergência que o país precisa e o povo reclama é a da resposta eficaz aos problemas concretos.

A exploração capitalista e as opções e medidas de décadas de política de direita praticada por PS, PSD e CDS são a causa da situação dos trabalhadores e do país, acentuadas pela insuficiência das respostas e pela dependência do PS aos interesses do capital no quadro do surto epidémico, não dando a resposta necessária à situação

sanitária provocada pela COVI19 e à gravíssima situação económica e social resultante da paralisia de grande parte da economia e das opções do PS, com profundas consequências no emprego, nos salários, no acentuar das desigualdades em que as mulheres, os jovens, os trabalhadores com vínculos precários são os mais atingidos.

Será a luta, a mobilização e esclarecimento dos trabalhadores, a sua sindicalização e organização, o elemento central para a resolução dos problemas dos trabalhadores e do país.

Uma luta que temos vindo a desenvolver e precisamos de intensificar. Uma luta que conheceu no 1º de Maio de 2020 um momento alto, de firmeza e combatividade, de exigência das respostas para assegurar salários e emprego, garantir o presente e lançar as pontes para o futuro.

Um 1º de Maio que abriu as portas ao desenvolvimento da luta e demonstrou que a CGTP-IN está sempre onde tem que estar, com os trabalhadores, na defesa intransigente dos seus interesses e direitos!

Luta que continuou e continua, em todos os sectores e por todo o país, partindo dos problemas concretos que se sentem nos locais de trabalho, apresentando as reivindicações, propostas e soluções.

Luta pelo emprego com direitos, pela manutenção dos postos de trabalho e criação de emprego, pelo aumento dos salários e das pensões, pela valorização das carreiras e profissões, pela redução do horário de trabalho e contra os bancos de horas, laboração contínua e outras formas de desregulação dos horários, pela negociação da contratação colectiva e dos cadernos reivindicativos e exigência da revogação da norma da caducidade das convenções.

Com a suspensão por 24 meses o governo assume que a caducidade prejudica os trabalhadores e lhes nega o direito à livre negociação da contratação colectiva. Neste contexto, mais do que suspensões, o que ganha força é a exigência da revogação da caducidade, bem como das restantes normas gravosas, desde logo as que dão cobertura à existência e ao aumento da precariedade, as que facilitam e embaratecem os despedimentos e aquelas que o patronato utiliza para intensificar os ritmos e alargar o tempo de trabalho. O que ganha força é a exigência da reposição do princípio do tratamento mais favorável.

Luta pela passagem a efectivos e contra os despedimentos arbitrários dos trabalhadores com vínculos precários com a desculpa da epidemia, luta contra os despedimentos colectivos e em defesa dos postos de trabalho, de exigência do cumprimento dos direitos dos trabalhadores, do pleno exercício da liberdade e actividade sindical, da garantia da protecção da saúde dos trabalhadores e de melhoria das condições de trabalho.

Luta em defesa da produção nacional, recuperação de empresas e sectores estratégicos para a economia, em defesa do investimento público e nos serviços

públicos e nas Funções Sociais do Estado, com o reforço efectivo do SNS e da Escola Pública e a garantia de protecção social a todos quanto dela necessitem.

Luta que conta e precisa da unidade na acção, da nossa coesão e da intervenção dos sindicatos da CGTP-IN, nas empresas e locais trabalho, em torno dos objectivos concretos de resposta aos seus problemas e aspirações.

Luta que, após a jornada de 25 de Fevereiro e a Semana da Igualdade, terá no dia 25 de Março o próximo momento de convergência, na grande Jornada de Luta Nacional dos jovens trabalhadores, e que vamos continuar, rumo à mobilização para as comemorações do 25 de Abril e para realizarmos um grande 1º de Maio, de luta e afirmação das reivindicações dos trabalhadores e exigência da mudança de rumo necessária aos trabalhadores e ao país!

Luta que a CGTP-IN vai continuar a dinamizar, para que em todos os momentos se encontrem as formas de dar expressão ao descontentamento e que afirme a confiança e determinação dos trabalhadores na exigência da resposta necessária à valorização do trabalho e dos trabalhadores, por um Portugal com futuro!

Camaradas, estes são os objectivos que nos unem e em torno dos quais construímos a unidade.

Ao longo destes 50 anos, dos anos que antecederam a fundação da Intersindical, sabemos que nenhum direito nos é dado, que todos os avanços foram conquistados, pela luta, pela nossa acção, pela nossa organização.

O futuro reserva-nos novos desafios. A natureza do capitalismo não se alterou. Mantêm-se e agravam-se mesmo os seus traços mais negativos para os trabalhadores e os povos, com mutações no mercado de trabalho, na forma de produzir e de extorquir a mais-valia, que exigem uma redobrada intervenção dos nossos sindicatos, aproveitando as novas formas de comunicação para complementar a nossa ligação aos trabalhadores. Uma ligação que exige a presença no local de trabalho, o contacto cara-a-cara, directo. Exige capacidade de ouvir, de compreender e de enquadrar as preocupações e anseios dos trabalhadores.

São tempos desafiantes, mas estamos certos que a CGTP-IN estará à altura da necessária resposta, contando com todos os que lutam em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, porque temos um projecto sindical que emerge dos locais de trabalho e da ligação umbilical com os trabalhadores que são os obreiros desta Central.

Vamos à luta!

VIVA A CGTP-IN!